



*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

**LEI MUNICIPAL Nº 305/99**

**DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O CONSELHO TUTELAR, O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOSÉ ALDORI DE LIMA**, Prefeito Municipal de Sagrada Família-RS, FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas pelo Art. 27 item I e III da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

### **TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - A política municipal de proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente far-se-á segundo disposto nesta Lei.

**Art. 2º** - O atendimento à Criança e ao Adolescente visará especificamente a:

- a) proteção à vida e à saúde;
- b) liberdade, respeito e dignidade como pessoa em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais;
- a) criação e educação no seio da família ou, excepcionalmente, em família substituta.

**§ 1º** - O direito à vida e à saúde é assegurado mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

**§ 2º** - O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir, e estar em logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e cultos religiosos;
- IV - participar da vida política, na forma da Lei.
- V - brincar, praticar esporte, e divertir-se;
- VI - participar da vida política, na forma de Lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.



*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

§ 3º - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança ou do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetivos pessoais.

§ 4º - O direito a convivência familiar implica em ser a criança ou o adolescente, cuidados e educados no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária em ambiente livre de pessoas de má formação ou dependentes de bebidas ou entorpecentes.

### **TÍTULO II – DO ATENDIMENTO**

#### **CAPÍTULO I**

##### **SEÇÃO I**

#### **DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

**Art. 3º** - É criado, na forma do art. 88 da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de Julho de 1990, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA como órgão deliberativo, controlador, e de cooperação governamental, com a finalidade de auxiliar a Administração na orientação, deliberação e controle de matéria de sua competência.

**Parágrafo Único:** O CMDCA ficará diretamente vinculado ao Prefeito Municipal e funcionará em consonância com os Conselhos Estadual e Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, articulando-se com seus congêneres municipais.

**Art. 4º**- O CMDCA é órgão encarregado do estudo e busca de soluções dos problemas relativos à Criança e do Adolescente, especialmente, no que se refere ao planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos a eles destinados e em regime de:

- I – orientação e apoio sócio- familiar;
- II – apoio sócio- educativo em meio aberto;
- III – colocação familiar;
- IV – abrigo;
- V – liberdade assistida;
- VI – semi - liberdade;
- VII – internação.

§ 1º - O CMDCA manterá registro da inscrição e alterações dos programas das entidades governamentais e não governamentais, com seus regimes de atendimento, comunicando os registros ao Conselho Tutelar e à autoridade Judiciária competente.

§ 2º - As Entidades Governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no CMDCA, que comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade, desde que satisfeitos os seguintes requisitos:





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

- a) oferecem instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- b) apresentam plano de trabalho de compatível com os princípios desta Lei;
- c) estejam regularmente constituídas;
- d) seus quadros sejam constituídos por pessoas idôneas.

### **SEÇÃO II**

#### **DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**Art. 5º** - Compete ao CMDCA propor:

- a) política social básica municipal;
- b) política e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;
- c) serviços especiais de prevenção e atendimento médico e profissional às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- d) serviço de identificação e localização de pais ou responsáveis de crianças e adolescentes desaparecidos;
- e) proteção jurídico- social por entidades de defesa dos direitos da criança e adolescente.

**Parágrafo Único:** O CMDCA executará o controle das atividades referidas o caput deste artigo, no âmbito municipal, visando integrá-las com as atividades assemelhadas dos municípios limítrofes da região.

#### **DOS MENBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

**Art. 6º** - O CMDCA compor-se-á de 04 ( quatro) membros designados pelo Prefeito, sendo:

I - 02 (dois) representantes da Prefeitura, a saber:

- a) 01 (um) representante do Departamento Municipal de Educação e Saúde
- b) 01 (um) representante do Departamento Municipal de Assistência Social;

II – 02 (dois) membros, sem qualquer vinculação com a Prefeitura, representantes das seguintes entidades:

- a) 01 (um) representante da Associação da Terceira Idade;
- b) 01 (um) representante da Associação do Clube de Mães Unidas Venceremos.



*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

§ 1º - As entidades com representação do CMDCA indicarão 03 (três) nomes, cada uma, dentre os quais o Prefeito Municipal nomeará o titular e o respectivo suplente para um período de 02 (dois) anos, admitida a recondução.

§ 2º - O Presidente da CMDCA será eleito por seus membros, anualmente, devendo a escolha recair em um dos representantes arrolados no inciso I deste artigo.

§ 3º - As entidades governamentais indicarão o titular e seu suplente.

§ 4º - Estarão impedidos de participar do CMDCA os cidadãos que se encontrarem no exercício de cargos eletivos ou candidato ao mesmo.

**Art. 7º** - O desempenho da função de membro do CMDCA será gratuito e considerado de relevância para o Município.

**Parágrafo Único:** A ausência não justificada por 03 (três) reuniões consecutivas ou seis (seis) intercaladas no período de 01 (um) ano, implicará na exclusão automática do conselheiro, cujo suplente passará à condição de titular.

**Art. 8º** - O CMDCA reunir-se-á, no mínimo 01 (uma) vez por mês, ordinariamente, ou em caráter extraordinário quando convocados pelo Presidente.

**Art. 9º** - O Prefeito poderá designar servidores para executar os serviços de secretaria do CMDCA.

**Parágrafo Único:** As Secretarias e Departamentos Municipais darão ao CMDCA apoio técnico e administrativo necessário à realização de suas finalidades e execução de suas atribuições.

**Art. 10º** - O CMDCA elaborará seu Regimento Interno a ser baixado por ato do Poder Executivo.

**Parágrafo Único:** As deliberações do CMDCA serão tomadas por maioria absoluta de seus membros, formalizadas em Resoluções.

**Art. 11º** - O Prefeito determinará o local onde funcionará o CMDCA.

**Art. 12º** - A despesa decorrentes da aplicação desta Lei correrá à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente e por dotações específicas nos orçamentos vindouros.

### **CAPÍTULO II**

#### **DO FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE**

**Art. 13º** - É criado o Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente, destinado a suportar despesas dos programas de assistência, prevenção, atendimento, médico, jurídico, escolar e outros, das crianças e adolescentes, estabelecidos segundo deliberação do CMDCA.





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeitura*

### **SEÇÃO II**

#### **DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE**

**Art. 14º** - Constituem recursos do FMCA:

- a) os aprovados em lei municipal, constantes no orçamento;
- b) os recebidos de entidades ou empresas privadas, em doação;
- c) os auxílios e subvenções específicos concedidos por órgãos públicos;
- d) as multas previstas no art. 214 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de Julho de 1990;
- e) os provenientes de financiamentos obtidos em instituições oficiais e privadas;
- f) os rendimentos das aplicações financeiras de suas disponibilidades e dos demais bens.

### **SEÇÃO III**

#### **DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**Art. 15º** - O FMCA será administrado pelo Poder Executivo, através de seu ordenador de despesa, segundo diretrizes emanadas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Parágrafo Único:** A Secretaria Municipal da Fazenda manterá os controles contábeis e financeiros de movimentação dos recursos do FMCA, obedecendo o previsto na Lei Federal nº 4.320/64 e fará tomada de contas dos recursos aplicados.

### **CAPÍTULO III**

#### **SEÇÃO I**

##### **DA CRIANÇA E NATUREZA DO CONSELHO TUTELAR**

**Art. 16º** - É criado o Conselho Tutelar do Município – CTM - encarregado de executar as medidas de política de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, conforme definidos na Lei Federal nº 8.069/90 e estabelecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 17º** – O Conselho Tutelar do Município é órgão autônomo, não jurisdicional, composto por 5 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

**Art. 18º** - O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar que trata o art. 139 da Lei 8.069/90, alterado pela Lei 8.242/91, reger-se-á por esta Lei e pelo Regulamento do CMDCA.



*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeitura*

### **SEÇÃO II**

#### **DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR**

**Art. 19º** - São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de Membro do Conselho Tutelar:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a 21 anos;
- III - Residir no Município;
- IV - Ser eleitor;

**§ 1º** - é vedado aos membros do CTM:

- a) Receber, qualquer título, honorários, exceto estipêndios legais;
- b) Exercer advocacia na Vara da Infância e da Juventude;
- c) Exercer mandato público eletivo ou candidatar-se ao mesmo;
- d) Divulgar por qualquer meio, notícia a respeito de fato que possa identificar a criança, o adolescente ou sua família, salvo autorização judicial, nos termos da Lei nº 8.069/90.

**§ 2º** - Os candidatos a membros do CTM farão inscrição no CMDCA, no prazo estipulado por este, apresentando os documentos que comprovem os requisitos exigidos por esta Lei.

**§ 3º** - O CMDCA poderá impugnar os documentos apresentados, assinando prazo para a sua retificação a candidato que não preencha qualquer requisito exigido por esta Lei.

**Art. 20º** - O CMDCA, através de resolução de maioria absoluta de seus membros e com ampla divulgação, estabelecerá a nominata das entidades locais que serão convidadas, através de seus representantes a compor a Assembléia que fará a escolha dos membros do Conselho Tutelar e de seus suplentes.

**§ 1º** - O número de representantes será igual para cada entidade e seu total deverá ser, no mínimo, o triplo do número de candidatos.

**§ 2º** - Não poderão fazer parte da Assembléia dos representantes, os membros do CMDCA e os candidatos ao Conselho Tutelar, com exceção do Presidente do CMDCA que presidirá a Assembléia.

**§ 3º** - Será dada ampla divulgação da nominata dos candidatos, bem como no local, data e horário da Assembléia.

**§ 4º** - O Ministério Público será convidado a fiscalizar todo o processo, nos termos do artigo 139 da Lei 8.069/90.

**§ 5º** - A escolha dos membros, do Conselho Tutelar far-se-á através de indicação secreta dos representantes da Assembléia, presidida pelo Presidente do CMDCA, o qual designará comissão dentre os





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

Conselheiros do CMDCA, para proceder o escrutínio das indicações, considerando-se escolhidos os 05 (cinco) candidatos que obtiverem o maior número delas com seus suplentes.

§ 6º - As impugnações e outras dúvidas surgidas e depois da escolha, serão resolvidas pelo Presidente do CMDCA juntamente com a Comissão Escrutinadora e com fiscalização de representantes do Ministério Público.

§ 7º - O Regimento do CMDCA estabelecerá as demais medidas a serem consideradas para o processo de escolha dos Membros do Conselho Tutelar, especialmente quanto ao regime de candidatos, forma e prazos para impugnações, forma de composição da chapa, proclamação dos escolhidos e posse dos seus conselheiros.

§ 8º - Para cada candidato a membro do Conselho Tutelar haverá um suplente.

**Art. 21º** - Perderá o mandato o Conselheiro que for condenado por sentença irrecorrível por prática de crime ou contravenção.

**Parágrafo Único:** Verificada a hipótese prevista neste artigo o CMDCA declarará vago o posto de membro do Conselho Tutelar, dando imediata posse ao Suplente do Titular, que completará o mandato.

**Art. 22º** - São impedidos de fazer parte do mesmo Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madastra e enteado.

**Parágrafo Único:** Estende-se o impedimento do membro do conselho Tutelar, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, Foro regional ou Distrito local.

### **SEÇÃO III**

#### **DAS ATRIBUIÇÕES**

**Art. 23º** - São atribuições do Conselho Tutelar:

I - Atender às crianças e adolescentes sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados;

II - Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas em Lei;

III - Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos no âmbito do Município, nas áreas da saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete do Prefeito*

b) representar junto a autoridade judicial nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV – Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

V – Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI – Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária quanto a:

- a) encaminhamento de pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- b) orientação apoio e acompanhamentos temporários.
- c) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento de alcoólatras e toxicômanos;
- e) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- f) requisição de tratamento médico, psicológico e psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- g) abrigo em entidade;
- h) colocação em família substituta.

VII – Expedir notificações;

VIII – Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

IX – Assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X – Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no inciso II do § 3º do artigo 220 da Constituição Federal;

XI – Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

**Parágrafo Único:** O Conselho Tutelar elaborará seu Regimento Interno, a ser baixado por ato do Poder Executivo.

**Art. 24º** - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tem legítimo interesse.

**Parágrafo único:** As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas por maioria absoluta de seus membros e baixadas pelo seu Presidente.

**Art. 25º** - O Poder Executivo designará local para o funcionamento do Conselho Tutelar.

**Art. 26º** - O Poder Executivo poderá colocar servidores à disposição do Conselho Tutelar, por solicitação deste, para exercer trabalhos auxiliares e de Secretaria.

**Art. 27º** – O Conselho Tutelar será presidido por um membro eleito pelos seus pares para um período de 01 (um) ano admitida a reeleição.





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete do Prefeito*

**Art. 28º** - Os membros do Conselho Tutelar não perceberão remuneração.

**Art. 29º** - O desempenho da função de membro do Conselho Tutelar é considerado de relevância para o Município.

**Art. 30º** - As Secretarias e Departamentos do Município darão ao Conselho Tutelar o apoio técnico e administrativo necessário à realização de suas finalidades e atribuições, em consonância com os programas estabelecidos pelo Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **TÍTULO III**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 31º** - As despesas com a execução dos programas de atendimento à Criança e do Adolescente terão a cobertura do Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente, criando pelo artigo 13 desta Lei.

**Art. 32º** - Dentro de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação desta Lei, o Poder Executivo convocará os órgãos e entidades a que se refere o artigo 6º, que se reunirá para elaborar o Regimento Interno do CDMCA, ocasião em que será eleito o Presidente.

**Art. 33º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 34º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, AOS 06 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 1999.**

  
**JOSÉ ALDORI DE LIMA**  
Prefeito Municipal

**Registre-se e Publique-se**

  
**JUVENTIL MAFALDA SANTOS**  
Sec. Mun. da Administração